



Portaria nº. 393/2009/DIREG

Rio Branco, 31 de julho de 2009.

O **Diretor Geral do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/AC**, usando das atribuições legais que lhe confere o art. 12 da Lei. 1.169, de 13 de Dezembro de 1995, que transformou o Departamento Estadual de Trânsito em Autarquia e dá outras providências e,

CONSIDERANDO o grande número de abordagens em que se tem constatado menores de idade na direção, o que tem preocupado tanto às autoridades estaduais e municipais ligadas a área de trânsito, quanto o Ministério Público do Estado do Acre e o Poder Judiciário do Estado do Acre, em especial, o Juizado da Infância e da Juventude, ante a gravidade da situação;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Juizado da Infância e da Juventude, através da Portaria nº. 004, de 30-01-2009, que revogou a Portaria nº. 002, de 02-04-2003, a qual disciplinava a apreensão e recolhimento de veículos conduzidos por menores, estabelecendo a desnecessidade de autorização expressa daquele Juízo para a liberação do veículo pelo DETRAN/AC;

CONSIDERANDO, por fim, que é dever da administração pública preservar o patrimônio do cidadão autuado por infração de trânsito, sujeito à aplicação de medida administrativa de retenção do veículo, de forma que referido bem não poderá ser entregue a qualquer cidadão habilitado,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar aos Agentes da Autoridade de Trânsito que, em casos de abordagens em que se constate menor de idade na direção veicular, infringindo o disposto no art. 162, I, do CTB, apliquem a medida administrativa de retenção do veículo até o comparecimento do seu proprietário. Caso este não se apresente no local, veículo deverá ser encaminhado ao depósito desta Autarquia.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN



Parágrafo único. O veículo retido na forma deste artigo será restituído somente ao seu proprietário ou representante legal – devendo este último apresentar instrumento procuratório público ou particular, com fim específico –, após satisfeitas as exigências previstas no art. 262 do CTB.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Certifique-se, Publique-se e Cumpra-se.

Reginaldo Luis Pereira Prates
Diretor Geral